



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## Relatório INSP-2022-0134

BI-2022-0130

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 25/10/2022

**Hora:** 9:40

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** Luis, MAS. Machado

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito do plano de atividades.

Durante a Inspeção fomos acompanhados pela Dr.ª. Sílvia Manuela Costa Almeida, diretora do matadouro, pelas técnicas Alexandra Patrícia Almeida Coelho Soares e Beatriz Ambrósio Freitas, do departamento de qualidade e pelo Eng. Luís Filipe M Pinto Cardoso, coordenador do departamento de manutenção.

O matadouro faz o abate de bovinos, suínos, aves (galinhas, patos e perus), pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) e coelhos em 3 linhas de abate distintas.

Foram solicitados dados da empresa relativos ao consumo dos diversos tipos de energia, ao consumo dos diferentes fatores de produção, à produção de carcaças de animais e ambientais.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA)

**NIPC/NIF:** 512021155

**Sede/morada:** Rua do Passal, n.º 150

**Código Postal:** 9501-096

**Freguesia:** São Sebastião

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** São Miguel

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Matadouro de São Miguel

**Endereço:** Rua Joaquim Marques, S/N

**Código Postal:** 9500-049

**Freguesia:** Pico da Pedra

**Concelho:** Ribeira Grande

**Ilha:** São Miguel



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

**Atividade principal:** 84130 - Administração pública - actividades económicas

**Outras atividades:** 10110 - Abate de Gado (Produção de Carne); 10120 - Abate de Aves (Produção de Carne)

**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 16 horas, durante os 12 meses.

**Licenciamento da atividade:** Licença Ambiental nº 3/2020/DRA; NCV: A 88; Licença de Exploração Industrial Estabelecimento do Tipo: 1; Licença de Utilização n.º 64/2007.



Figura 1.1: Estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação está abrangida pelo regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) e pelo regime de Registo de Emissões e Transferência de Poluentes (PRTR), por ter capacidade de produção de carcaça igual ou superior a 50 Ton/dia (conforme definido nos pontos 7.4 alínea a) do anexo III e ponto 8 alínea a) da parte 1 do anexo VI do DLR nº 30/2010/A de 15 de novembro). A 3 de junho de 2020 foi emitida a Licença Ambiental LA n.º 3/2020/DRA, válida até 30 de junho de 2025.

O incinerador foi desativado em 2017, e desmantelado posteriormente. Envia para inceneração na Teramb, Eem na Ilha Terceira, os subprodutos de origem animal de categoria M1 e para a Musami, EIM SA os subprodutos transformados de categoria M2.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

No ano de 2021 a instalação abateu 42 828 bovinos a que correspondeu 9 092,9 Ton. de carcaça, 48 499 suínos a que correspondeu 4 068,4 Ton. de carcaça, 1 246 leitões a que correspondeu 8,4 Ton. de carcaça, 419 caprinos a que correspondeu 4,95 Ton. de carcaça, 62 ovinos a que correspondeu 1.1 Ton. de carcaça, 2 741 744 frangos e galinhas a que correspondeu 3 410,9 Ton. de carcaça, 4 367 coelhos a que correspondeu 6,43 Ton. de carcaça, 903 patos a que correspondeu 1,15 Ton. de carcaça e 173 perus a que correspondeu 0,69 Ton. de carcaça.

No ano de 2022, até 30 de setembro a instalação abateu 35 902 bovinos a que correspondeu 7 610,6 Ton. de carcaça, 37 004 suínos a que correspondeu 3 288,7 Ton. de carcaça, 405 caprinos a que correspondeu 4,55 Ton. de carcaça, 67 ovinos a que correspondeu 1.25 Ton. de carcaça, 2 308 392 frangos e galinhas a que correspondeu 2 867,8 Ton. de carcaça, 2 271 coelhos a que correspondeu 3,18 Ton. de carcaça, 576 patos a que correspondeu 0,78 Ton. de carcaça e 106 perus a que correspondeu 0,39 Ton. de carcaça.

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

Fazem aproveitamento das águas pluviais provenientes do telhado do edifício principal e águas recuperadas no processo de arrefecimento do permutador, que utilizam para as lavagens de zonas sujas exteriores e no processo de tratamento das lamas na ETARI.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Vestiários, refeitório, WC, lavandaria.	ETARI(*)-sistema de tratamento biológico de lamas ativadas.	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Nave de abate, acessos, parques	ETARI(*)-sistema de tratamento biológico de lamas ativadas.	Solo

(\*)-ETARI descrita na Licença de Descarga de Águas Residuais Alvará n.º AR/2020/51.

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☐ Não produz lamas de depuração

☒ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☒ Operador de gestão de resíduos; Musami – Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA

☒ Valorização agrícola; a maioria das lamas passou a ser enviada para valorização agrícola.

☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2020/51, válido pelo prazo de vigência da Licença Ambiental.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	A condição 23 determina o envio dos boletins com periodicidade mensal. Verificou-se o envio de boletins sem respeitar esta periodicidade. Os boletins referentes a jan/21 e fev/21, foram enviados ambos em mar/21. Em set/21 não foi enviado qualquer boletim. O boletim de nov/21 foi enviado em dez/21, e o boletim de dez/21 foi enviado em fev/22. Os boletins referentes a jan/22 e fev/22, foram ambos enviados em mar/22. Em jul/22 e set/22 não foi enviado qualquer boletim. Em ago/22 foram enviados os boletins de jun/22 e de jul/22.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não foram verificadas avarias.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não cumprido	Os incumprimentos aos VLE descritos na tabela 1 e tabela 2.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Segundo a comunicação DRAAC-DGR/32.0.40/1/InfLamas/178, de 27-07-22, foram fornecidas <b>140,34 Ton.</b> de lamas à entidade Armando Soares Cordeiro Júnior, que possui as licenças n.º 5/LAMAS/DRAAC/2021 e n.º 3/LAMAS/DRAAC/2022, para a aplicação de um total de <b>139,02 Ton/ano.</b>
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Boletim de análise n.º 2022_207_Açores, colheita em 2022-01-19; Boletim de análise n.º 2022_4406_Açores, colheita em 2022-07-06.
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Cumprido	DSQA-DR/32.0.40/1/InfLamas/150, 22-07-21; DSQA-DR/32.0.40/1/InfLamas/159, 06-01-22; DRAAC-DGR/32.0.40/1/InfLamas/178, 27-07-22.

Tabela 1:

Parâmetro	VLE Alvará AR/2020/51	Recolhas 2021											
		22.01*	17.02*	09.03*	12.04*	26.05*	21.06*	12.07*	16.08*	15.09*	13.10*	10.11*	23.12*
		Rel. nº 636/2021	Rel. nº 1972/2021	Rel. nº 3023/2021	Rel. nº 4639/2021	Rel. nº 6972/2021	Rel. nº 8301/2021	Rel. nº 9389/2021	Rel. nº 11250/2021	Rel. nº 12735/2021	Rel. nº 14467/2021	Rel. nº 16251/2021	Rel. nº 18898/2021
pH (escala de Sorensen)	6 a 9	7,2	6,5	7,2	7,1	7,0	7,1	7,1	7,2	7,3	7,0	7,2	7,8
CQO (mg/l O <sub>2</sub> )	125	<25	324	249	125	210	295	116	234	225	160	59	63
CBO <sub>5</sub> (mg/l O <sub>2</sub> )	40	<4	58	42	53	53	60	34	85	13	33	28	21
SST (mg/l)	60	<7	41	58	10	<60	<24	<30	<60	<12	<40	<20	<14
Óleos e gorduras (mg/l)	15	<5	<5	5,9	<5	<5	7,2	<5	≤5	<5	5	<5	<5
Cloro residual total (mg/l)	1	0,2	2	0,6	0,2	0,1	0,1	0,2	0,4	<0,1	0,2	0,2	0,2
Azoto Total (mg/l N)	40	18	58	128	152	123	152	99	117	74	136	56	51
Fósforo Total (mg/l P)	5	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<1,16
Óleos minerais <sup>(+)</sup> (mg/l)	15	---	---	---	---	---	<5	---	---	---	---	---	<5

(\*) data da recolha. Recolha efetuada pelo operador; (+) autocontrolo com frequência **semestral**; a **laranja** os incumprimentos aos VLE.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tabela 2:

Parâmetro	VLE Alvará AR/2020/51	Recolhas 2022							
		24.01* Rel. nº 638/2022	14.02* Rel. nº 1801/2022	14.03* Rel. nº 3258/2022	20.04* Rel. nº 5440/2022	16.05* Rel. nº 6564/2022	21.06* Rel. nº 8317/2022	18.07* Rel. nº 9751/2022	16.08* Rel. nº 11070/2022
pH (escala de Sorensen)	6 a 9	7,5	7,4	7,3	7,3	7,4	7,4	7,6	7,5
CQO (mg/l O <sub>2</sub> )	125	182	274	220	254	246	267	93	270
CBO <sub>5</sub> (mg/l O <sub>2</sub> )	40	36	77	92	54	<29	74	8,5	<33
SST (mg/l)	60	84	58	<30	<17	66	<38	121	<24
Óleos e gorduras (mg/l)	15	6,2	8,1	<5	6,3	<5	<5	9,7	<5
Cloro residual total (mg/l)	1	0,2	0,2	(&)	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	0,4
Azoto Total (mg/l N)	40	136	186	124	182	221	178	135	128
Fósforo Total (mg/l P)	5	<0,16	<0,16	0,33	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16	<0,16
Óleos minerais <sup>(+)</sup> (mg/l)	15	---	---	---	---	---	<5	---	---

(\*) data da recolha. Recolha efetuada pelo operador; (+) autocontrolo com frequência *semestral*; (&) A coloração intensa da amostra não permitiu o doseamento deste parâmetro, a **laranja** os incumprimentos aos VLE.

Fotos:



Foto 1-Vista parcial da ETARI.



Foto 2-Tanque de homogeneização após tamisagem.

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina de manutenção e sala de abate.	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina de manutenção e caldeiras.	Operador de gestão de resíduos	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	WC, refeitório e edifício administrativo	Operador de gestão de resíduos	

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Verificou-se mistura de partes de REEE com metais, no contentor junto à oficina.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Deverá ser revista a classificação dos metais. No contentor de transporte junto à oficina, verificaram-se mistura de metais (17 04 07 em vez de 20 01 40). No contentor de transporte identificado como INOX deverá ser 17 04 05 em vez de 17 04 07.
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Aprovado em 2012-07-06.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submetido a 2022-02-21.
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Certificado n.º 2022/0002846, EMB/0012546.
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 152-D/2017	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

Fotos:



Foto 1-Contentor INOX 17 04 07, deveria ser 17 04 05. Foto 2-Mistura de partes de REEE com metais.

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Fuelóleo
DU - Utilizador final	Gasóleo
DU - Utilizador final	GPL
DU - Utilizador final	Hipoclorito de Sódio
DU - Utilizador final	DEPTAL MCL
DU - Utilizador final	DEPTAL AS

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	A responsabilidade pelo registo é do fabricante ou importador.
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	Utilização prevista nos cenários de exposição.
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
2 Geradores de vapor	Pontual	Atividade industrial	
Unidade de tratamento de subprodutos	Difusa	Atividade industrial	
1 Chamuscador	Pontual	Atividade industrial	

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Cumprido	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	Não foi realizada monitorização pontual ao gerador 2, nem comunicado à DRAAC a indisponibilidade temporária do mesmo.
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	1ª Camp. 2021-amostr 10-08, submissão 01-10-2021. Ref. DSQA-EG/2021/078. 2ª Camp. 2021-amostr 10-11, submissão 07-01-2022. Ref. DSQA-EG/2022/093. <b>1ª Camp. 2022-amostr 16-09, submissão 21-11. Ref. DSQA-EG/2022/134.</b>
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	1ª campanha de 2022, não cumpre com o VLE (150 mg/m³N) para o parâmetro PTS (828±68 mg/m³N), no gerador 1 (Relatório de Ensaio nº 14674, Código MATc-ff01 v1.1)
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado	Segundo o relatório de ensaio n.º LCA.2021.248, a chaminé da fonte FF5 só tem 1 toma de amostragem, o que reduz a representatividade das amostras.
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Sim, para o gerador de emergência.

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	1 ar condicionado Panasonic; 1 secador FX15 Atlas Copco; 1 secador de ar comprimido Ingersoll Rand	R-410A, 0,8 kg (1,67 Ton. CO <sub>2</sub> e); R-410A, 2,05 kg (4,28 Ton. CO <sub>2</sub> e); R-407C, 2,25 kg (3,99 Ton. CO <sub>2</sub> e).
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	1 Câmara de refrigeração Bitzer; 1 Reservatório de refrigeração DWM-Copeland	R-449A, 13 kg (18,16 Ton. CO <sub>2</sub> e); R-449A, 6 kg (8,38 Ton. CO <sub>2</sub> e).
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	----	----
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	----	----

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Cumprido	Técnico: Paulo Sérgio Garcia Homem, certificado CENTERM nº FLU 1543-A. Empresa: ColdWeen, Unipessoal, Lda., certificado CERTIF Associação para a Certificação nº SAC-0995/2017.
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Cumprido	Em 30-03-2021 comunicou à APA, os dados referentes a 2020. <b>Dados referentes a 2021, não foram comunicados.</b> Comunicou em 2023-02-07, os dados referentes a 2022.
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----	----	----	----

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

##### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

##### 7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona industrial, sem recetores sensíveis	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Cumprido	DRAAC-RAA/2022/032, sub 30-09-2022
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Cumprido	Submetido por email em 28-04-2022
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental	LA n.º 3/2020/DRA	Não cumprido	2.1.3-O Operador não finalizou o licenciamento do depósito de fuelóleo até final de 2020; 2.2.2.1-O operador não realizou todas as ações indicadas no âmbito do procedimento de renovação da licença ambiental até finais de 2021, nomeadamente: criação de uma zona anóxica para a desnitrificação (...) e o reforço da capacidade de arejamento para a nitrificação (...), de forma a cumprir todos os VEA na descarga para o solo.
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Sim	2 em funcionamento e 1 de reserva
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

**9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	Consultado o sítio na internet da DGS (www.dgs.pt) ☑ acesso 15-01-2023 ☑ não estava ainda disponível informação sobre a entrada em funcionamento da plataforma eletrónica de registo.
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	b), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Cumprido	Plano de Prevenção da Legionella, Ed 1 – novembro de 2020. Adenda de março de 2021.
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	

**9.4 – Responsabilidade ambiental**

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

**1. Instalação sujeita a licenciamento ambiental (PCIP)**

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro de Responsabilidade ambiental, com a companhia Açoreana Seguros, Apólice nº 0004764141, válida para o ano de 2022.

**10 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos (conforme descrito no ponto 5.2 alínea a) e foto 3), de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;

- b) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- c) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (condição específica 19, incumprimento do Valor Limite de Emissão), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- d) O incumprimento da obrigação de monitorização pontual a realizar duas vezes em cada ano civil do gerador de vapor n.º 2 (FF2), em violação do disposto no artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado;
- e) O incumprimento da comunicação dos resultados do autocontrolo à autoridade ambiental, no prazo de 60 dias seguidos, em violação do disposto no artigo 57.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado;
- f) O incumprimento do valor limite de emissão (VLE) (descrito no ponto 7.1.2 alínea f)), em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave, prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado;
- g) Incumprimento das condições impostas na licença ambiental LA n.º 3/2020/DRA.

*Assim, deverão ser realizadas todas as ações indicadas no âmbito do procedimento de renovação da licença ambiental até finais de 2021 etapa em que deverá verificar-se o cumprimento de todos os VEA na descarga para o solo, nomeadamente:*

*1-“Criação de uma zona anóxica para a desnitrificação através da utilização do tanque antigo de equalização como tanque anóxico.” O operador não criou a zona esta zona anóxica (ponto 2.2.2.1., penúltimo parágrafo da página 10);*

*2-“Reforço da capacidade de arejamento para a nitrificação através da instalação no tanque anóxico de uma rede difusora por bolha fina com um blower de 37 kW e um agitador submersível, permitindo manter uma gama de trabalho de valores de potencial redox que permita otimizar a*



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

*nitrificação/desnitrificação*”. O operador não fez o reforço (ponto 2.2.2.1., penúltimo parágrafo da página 10).

O incumprimento das condições impostas pela licença ambiental constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea h), do n.º 2 do art.º 123.º do DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

## **11 – Indicações e medidas adotadas**

### **Indicações transmitidas:**

O operador foi informado de que deveria implementar medidas que permitam o cumprimento das obrigações previstas nos termos do artigo 3, da Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, relativas à prevenção e controlo da doença do legionário, nomeadamente pela adoção de procedimento aplicável em situação de risco e de um programa de manutenção e limpeza dos equipamentos.

### **Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☒ Levantamento de auto de notícia, pelo incumprimento dos VLE estabelecidos para a rejeição de águas residuais
- ☒ Outra: Enviar o relatório à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para conhecimento, por se tratar de uma instalação abrangida pelo regime PCIP.